

Apresentação

Nas últimas décadas tem sido visível um processo crescente de degradação das condições de vida da população mundial que, em larga escala, expressa a avassaladora necessidade do capital em manter seu curso de acumulação à custa da exploração da classe trabalhadora. A cada crise do capital, políticas ainda mais regressivas para os trabalhadores são implementadas em nome de um suposto “ajuste necessário”. Na verdade, o que temos é o próprio movimento do capital buscando desesperadamente se contrapor à queda tendencial da taxa de lucros mediante o expediente das contratendências que, conforme análise de Marx (2008), podem ser traduzidas em seis dimensões: intensificação da exploração do trabalho; redução dos salários; baixa de preços do capital constante; constituição de uma superpopulação relativa; ampliação do mercado externo e aumento do capital em ações.

Na particularidade brasileira, as contratendências – revigorantes para o capital e degradantes para o trabalhador – vêm sendo rigorosamente implementadas, sobretudo nas últimas décadas, mas com um aprofundamento inequívoco após o golpe parlamentar midiático de 2016, no qual frações intraburguesas disputam a direção deste processo. Tais políticas materializam-se, entre outros, na redução de direitos da já parca legislação trabalhista, e do funcionalismo público; no desmonte das universidades públicas, seja pelo corte dos investimentos diretos, seja pela transferência de recursos para o capital privado, especialmente representado pelos grandes grupos de investidores internacionais nos negócios educacionais, mediante bolsas de estudos; na aprovação da lei da terceirização para atividades fins; na Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95), a chamada Lei do Teto, que impõe severas restrições ao orçamento social, cujo impacto nas áreas como seguridade social, saúde, educação básica, educação superior, meio ambiente, cultura, segurança e moradia é alarmante.

É necessário afirmar ainda a intrínseca relação entre essa política de austeridade e o sistema da dívida pública, fartamente denunciada nos estudos de Fattorelli (2013, 2012). Esse sistema é operado no Brasil mediante um modelo direcionado para o alcance de metas de Superávit Primário, em um regime de políticas de juros altos e privilégios ao setor financeiro, privatização de setores estratégicos, completa liberdade para o fluxo de capitais, isenções tributárias para o setor financeiro e outras medidas benéficas ao capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Assim, o endividamento público representa um abusivo esquema de transferência de dinheiro público para o setor privado (banqueiros, fundos de pensão, grandes empresários e latifundiários), sem que haja nenhuma contrapartida. Atualmente, quase metade do que o governo federal arrecada é utilizado para o pagamento de juros e “amortização” da dívida, revela a autora.

Evidentemente que a classe trabalhadora não deixa de preparar o seu revide. Ainda que sobre ela pesem as insistentes tentativas de apassivamento e todas as formas de repressão, as lutas se fazem presentes sempre, posto que o capital somente pode operar por meio de contradições em movimento, que são próprias da ordem capitalista e que dizem respeito à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção (MARX, 2008), portanto, abrindo fissuras sociais que, do ponto de vista da classe trabalhadora, impõem-se como necessidade a ser enfrentada, cuja única saída é a luta. Vale ressaltar as palavras do autor ao referir-se às principais conclusões de seus estudos sobre a lógica da sociedade capitalista:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. [...] Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então, em época de revolução social. (MARX, 2008, p. 47)

Tomando como referência o quadro acima sumariado, é com grande satisfação que apresentamos aos leitores e leitoras da Revista PerCursos o Dossiê intitulado: Lutas Sociais, Direito à Cidade e Políticas Públicas. Com o objetivo de aprofundar o debate sobre as lutas sociais e reivindicações dos movimentos populares pelo direito à cidade, este dossiê se insere na perspectiva de que é preciso transformar radicalmente as relações existentes entre a população e a cidade. Considerando o movimento do capital e suas diferentes formas de expropriação, é necessário problematizar os principais paradigmas teórico-metodológicos que fundamentam a produção acadêmica sobre o tema com o intuito de compreender esses fenômenos mais atuais, buscando o apontamento crítico e suas possibilidades de superação.

No plano das políticas públicas, o marco jurídico-urbanista, a partir da Constituição Federal de 1998, bem como o Estatuto da Cidade, trouxeram implicações importantes para o planejamento urbano brasileiro. Porém, estes têm se demonstrado insuficientes para as demandas da classe trabalhadora em relação ao direito à cidade. Isso se evidencia na realidade concreta quando vemos um conjunto cada vez maior de movimentos sociais lutando por modificações estruturais nas políticas de urbanização, mobilidade e moradia.

Em um país de extrema desigualdade social demarcado pelo conflito capital-trabalho, acreditamos que os textos que compõem este Dossiê revelam, e ao mesmo tempo são expressão, de dadas formas de compreensão da natureza da luta de classes e suas configurações contemporâneas. Acrescentamos que a incontestada legitimidade dos temas aqui abordados não se encontra perfilada em um único esteio teórico-metodológico, o que certamente também tem implicações no nível de aprofundamento e apreensão dos objetos investigados na perspectiva da compreensão da totalidade, entendendo-a como síntese de múltiplas determinações. Nesses termos, os sete artigos aqui presentes são expressivos e nos apontam pistas importantes sobre a urgência de refletirmos os elementos fundamentais constituintes das políticas sociais, das lutas pelo direito à cidade e das políticas públicas.

Abrimos o Dossiê com o potente artigo de Elizandra Garcia da Silva e Arminda Rachel Botelho Mourão, intitulado “A construção da usina de Belo Monte e a urbanização dos indígenas xinguanos”. O estudo tem como propósito analisar os problemas territoriais provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, situada na Região do Rio Xingu, no município de Altamira, no Pará. As autoras tratam da expropriação de indígenas de aproximadamente 27 etnias, vítimas da construção da hidrelétrica. Problematisa o Plano Emergencial do Governo Federal como política de realocação da população, o processo de proletarização, direcionado para a construção da usina e a urbanização dos indígenas, configurando um cenário no qual é patente o esgotamento das políticas públicas, e reafirmando disputa histórica pelo direito às terras indígenas, que é a luta pela existência indígena.

Na sequência, temos o artigo de Nino Rafael Kruger e Cristine Jaques Ribeiro, “Quando ‘falham’ políticas públicas, a vida corre perigo: a luta por moradia”. A preocupação dos autores reside no questionamento de uma ação civil pública com a finalidade de remover uma comunidade no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, levando em conta nesta análise os macroprocessos de mercantilização da vida e financeirização do território urbano. Interrogam sobre o direito de habitar, a condução das políticas públicas e suas articulações com o mercado imobiliário como intento de denunciar o modelo de segregação territorial.

O artigo de Gustavo Domingues Gaspari e Madianita Nunes da Silva, “Centralidade e a cidade contemporânea: reflexões para pensar o direito à cidade na produção da metrópole” aborda a temática instigante da centralidade como um elemento básico do fenômeno urbano. Os autores ponderam que as manifestações espaciais contemporâneas sinalizam para transformações na tradicional hierarquia de um único centro polarizador em direção às tendências policêntricas, observáveis nas redes hierárquicas e complementares de centros e subcentros, que seguem em escala metropolitana. Refletem sobre o modo como alguns dos novos espaços traduzem o domínio da lógica capitalista, com o intuito de amoldar áreas homogeneizadas, fragmentando o espaço urbano. Advertem os autores sobre a necessidade de pensar a

luta pelo direito à cidade associada ao direito à centralidade, contrariando a lógica da separação entre as diferenças.

Seguindo a ordem de apresentação dos artigos, mais três importantes produções fazem parte deste Dossiê, contemplando temáticas inter-relacionadas com as lutas no campo político dos movimentos sociais, identificados como espaço de resistência e de mudança, em atendimento aos direitos e às necessidades vigentes. Nessa direção, o texto de Thaisa da Silva Ferreira e Camila Nastari Fernandes, intitulado “Juventude e atuação política: as ocupações em escolas públicas e novas formas de resistência e convivência nas cidades”, contribui no debate sobre a atuação política da juventude, ao analisar o protagonismo dos estudantes a partir das percepções que os mesmos têm a respeito das suas participações no movimento de ocupações das escolas públicas, nos anos de 2015 e 2016.

Já Anita Loureiro de Oliveira, no seu artigo “Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade”, traz elementos importantes para uma análise compreensiva da luta pelo direito à cidade, numa perspectiva feminista. Essa compreensão, no dizer da autora, supõe uma problematização dos paradigmas que fundamentam a produção acadêmica e as políticas urbanas, que, frequentemente, resultam da ação de homens que não reconhecem as demandas das mulheres em suas lutas cotidianas na cidade.

Também, Carolina Gallo Garcia e Elena de Oliveira Schuck, em “Movimentos feministas na cidade e suas discursividades”, colocam em debate a visão sobre a imagem da mulher e o lugar que ela ocupa nos espaços públicos. As autoras abordam o tema tendo como fontes principais de análise os cartazes que se expressam contra o machismo institucionalizado em movimentos sociais feministas das cidades latino-americanas. Em sua investigação constatam, entre outras evidências, que o espaço público urbano é disputado política e discursivamente, ocasionando significativas contestações à ordem patriarcal.

Nessa sucessão de artigos, finalizamos com o texto “‘Putas não tem protocolo!’ Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas”,

de Karina Dias Gea, Lisandra Espíndula Moreira e Letícia Cardoso Barreto. Com recursos investigativos da etnografia, elas desvendam desafios e avanços nos processos organizativos de ação coletiva e de lutas relacionadas ao contexto sócio espacial, que foram empreendidas pela Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), diante das intervenções do planejamento urbano nos territórios de prostituição entre 2011 a 2018. Nas suas análises sobre as estratégias de luta pelo direito à cidade do movimento de prostitutas, questionam as ferramentas metodológicas e teóricas de modo a tornar visíveis as resistências e convivências que não se constroem somente nos espaços institucionalizados de participação cidadã nas políticas de planejamento urbano, mas se constroem de modo inventivo e disperso na cidade.

Para fechar o Dossiê, apresentamos a entrevista concedida aos organizadores pela professora Virgínia Fontes, que de forma inaugural, é divulgada em um novo formato no qual o leitor poderá acessar a entrevista diretamente pelo link. As questões dirigidas à professora foram especialmente elaboradas com o intuito de contribuir no debate sobre as lutas sociais, direito à cidade e políticas públicas, como uma espécie de pano de fundo na apreensão dos diferentes temas presentes no Dossiê.

Foram divididas em cinco blocos, a saber: o conceito de "capital-imperialismo", uma das principais formulações para compreender o capitalismo contemporâneo (FONTES, 2012); a conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais e os referenciais teórico-metodológicos que fundamentam a produção acadêmica sobre o tema e seus rebatimentos na compreensão da luta de classe; relação entre lutas sociais de caráter popular, manifestações de setores conservadores e perspectivas superadoras do ponto de vista da classe trabalhadora; o governo democrático popular da gestão do PT, o saldo/acúmulo para os movimentos sociais, particularmente o MST e MTST em um cenário da crise do capital. Por fim, a atualidade de Marx e sua importância no campo das lutas sociais e debates acadêmicos, no ano em que se comemora 200 anos de seu nascimento.

Para estimular ainda mais o interesse do leitor em acompanhar a entrevista na íntegra, passamos rapidamente a sintetizar alguns dos pontos tratados pela professora Virgínia. O primeiro deles refere-se ao uso do conceito capital-imperialismo para

compreender o formato do capitalismo contemporâneo, especialmente a partir da Segunda Guerra mundial na qual se estabelecem novos entrelaçamentos entre as grandes potências imperialistas para a expansão do capital. Sua formulação capital-imperialismo também pretende pôr em questionamento a categoria neoliberalismo, posto que esta se limita a pensar um projeto liberal. Destaca que o Brasil industrializa-se sob a forma do capital imperialismo, e não sob o comando de burguesias autônomas. Estas, além de não serem fracas e frágeis, estão sempre dispostas a se associarem ao capital estrangeiro.

Interessante também resgatar o relevo que Virgínia confere ao Estado ampliado (na acepção de Gramsci) na sua caracterização norte-americana para conter as lutas sociais. Ou seja, a multiplicação de entidades associativas, sem fins lucrativos e de caráter empresarial, cujo papel é o de obstruir as lutas internacionalizantes da classe trabalhadora, e o encapsulamento das classes sociais, bem como na conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais que, nascidos das lutas populares por reivindicação, transformam-se em parcela do mercado, com financiamentos supostamente empresariais – mas que, na verdade, são oriundos de isenções de impostos – e desenhos talhados ao que é conveniente ao capital. Alerta a entrevistada para o fato de que tal empresariamento começa a apropriar-se dos espaços de definição das políticas sociais, assim como a subverter qualquer princípio de público na gestão pública. Exemplo evidente tem sido o das escolas públicas.

Argumenta que as teorias sociais da década de 1990, via de regra, ao tomarem como categoria de análise para explicar o mundo, as noções de Estado, Privado e Público não estatal, abandonam a classe trabalhadora ao decretarem que o trabalho teria acabado, desconsiderando por completo o intenso processo de expropriações, sejam elas primárias ou secundárias. Adverte que as lutas crescem, mas também se tornam mais potentes as intervenções empresariais em um forte processo de deseducação/deformação política na segunda metade da década de 1990 e nos governos do PT. Neste em particular, observa que o partido da classe passa a ser dos dirigentes, afastando-se das bases, configurando-se uma esquerda para o capital.

Por fim, considera que na conjuntura atual é necessário sair da generalidade para explicar o golpe de 2016, pois este resulta de uma série de tensões entre os diferentes

Apresentação

Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Mariléia Maria da Silva e Zenir Maria Koch

setores, acrescida das disputas intraburguesas e suas relações com os partidos. Mas conclui que há um ponto em comum na orquestração do golpe: a extorsão dos direitos dos trabalhadores para aumentar os lucros para o capital.

Apresentação

Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Mariléia Maria da Silva e Zenir Maria Koch

Referências

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria cidadã da dívida**. Brasília: Inove Editora, 2013.

FATTORELLI, Maria Lucia. (Org.). Alternativas de enfrentamento à crise. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO, 3. **Anais...**, Brasília: Inove Editora, 2012.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; UFRJ Editora, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro, o processo global de produção capitalista. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Mariléia Maria da Silva e Zenir Maria Koch
Organizadores

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED
Revista *PerCursos*
Volume 19 - Número 40 - Ano 2018
revistapercursos@gmail.com